

Armando Malheiro da Silva

A Genealogia em Portugal e o desafio do presente



CENTRO DE ESTUDOS DE GENEALOGIA,
HERÁLDICA E HISTÓRIA DA FAMÍLIA DA
UNIVERSIDADE MODERNA DO PORTO

COLECCÃO
Registos da História

N.º 5

*Oferta à
Biblioteca da
FCUP
Armando*

A GENEALOGIA EM PORTUGAL E O DESAFIO DO PRESENTE

POR

ARMANDO BARREIROS MALHEIRO DA SILVA



CENTRO DE ESTUDOS DE GENEALOGIA, HERÁLDICA E HISTÓRIA DA FAMÍLIA
DA UNIVERSIDADE MODERNA DO PORTO

Deste trabalho foi feita uma edição numerada
de 1 a 100 e outra de I a XXXV

N.º V

COLECÇÃO “REGISTOS DA HISTÓRIA” — N.º 5

Director: GONÇALO DE VASCONCELOS E SOUSA

Título: A Genealogia em Portugal e o desafio do presente

Autor: Armando Barreiros Malheiro da Silva

Edição: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família
da Universidade Moderna do Porto

Capa: Duarte Fleming

Paginação: José Soares Pinto

Impressão e acabamento: Humbertipo

Depósito legal: 164306/01

ISBN: 972-8682-03-4

SUBSCRITORES

1. Armando Barreiros Malheiro da Silva
2. Gonçalo de Vasconcelos e Sousa
3. Rodrigo Ortigão de Oliveira
4. Manuel João de Azevedo Costa Calheiros Lobo
5. José Américo Moraes de Oliveira
6. José Manuel Huet Bacelar de Almeida
7. Álvaro José David de Sousa Holstein Ferreira
8. João António Rodrigues de Oliveira
9. Albino Lopes da Cunha
10. Lívio Pereira Correia
11. Manuel Inácio Pestana
12. Benjamim Pereira Pinto Quaresma-Dinis
13. Manuel Augusto Monteiro de Moraes Peixoto
14. José Ramires de Vasconcelos e Freitas
15. João Carlos Andrade Vilaverde e Silva Gouchineiro
16. António Manuel Pinto de Rezende
17. Francisco Vaz Monteiro de Goes du Bocage
18. Fernando Cantista Pizarro Bravo
19. Alberto Tavares Barreto
20. José Fernando de Moraes Sarmiento de Abreu Peixoto
21. José Jorge Martins Leitão de Azevedo Pinto
22. António Costa de Albuquerque de Sousa Lara

23. José Beleza de Carvalho
24. Aníbal Augusto Pereira Pinto de Faria
25. Lourenço Perestrelo Correia de Matos
26. Luís António Gaia de Paiva Rapôso Ferros
27. José Paím de Bruges da Silveira Estrela Rego
28. Amiel Fernando Gomes Bragança de Miranda
29. Fernando de Sousa Pinto Solari Allegro de Magalhães
30. Álvaro Magro de Moura Bessa
31. Octávio Rafael Guerreiro Carvalho
32. António Luiz de Torres Cordovil Pestana de Vasconcelos
33. Manuel Bernardo de Meireles Campos Costa
34. António Manuel Pereira dos Santos
35. Gonçalo de Aguiar de Vasconcelos Cabral
36. Luiz António Corrêa de Sá
37. José Eduardo Macedo Leão
38. Augusto de Athayde
39. Visconde de S. Jerónimo
- 40-46. Livraria Ferin
47. Carlos Bobone
48. José António Alves da Cunha Coutinho

A GENEALOGIA EM PORTUGAL E O DESAFIO DO PRESENTE *

Qualquer homem como eu tem quatro avós.
Estes quatro por força dezasseis.
Sessenta e quatro a estes contareis
Em só três gerações, que expomos nós.

Se o cálculo procede, espertai vós,
Que pela proa vêm cinquenta e seis.
Sobre duzentos mais que lhe dareis,
Qual chapéu de cardeal? Que espalha os nós?

Se um homem só dá tanto cabedal
Dos ascendentes seus, que farão mil?
Uma província? Todo o Portugal?

Por esta conta amigo, ou nobre ou vil,
Sempre és parente do Marquês de tal,
E também do porteiro Afonso Gil.

Abade de JAZENTE

* Versão integral do artigo com o mesmo título publicado na revista *Armas e Troféus*, Lisboa, 5.^a série, 5, n.ºs 1, 2 e 3 (Janeiro-Dezembro 1984), pp. 153-179.

1. Em 1981, aderindo abertamente ao apelo lançado por Armando de Matos uns cinquenta anos antes, afirmamos o seguinte:

«Proseguindo com clareza, torna-se imperioso sublinhar já a seguinte ideia básica: só recorrendo à divulgação e ao ensino, dois planos válidos e complementares onde é viável a aplicação de medidas específicas e eficazes, é que se conseguirá tirar definitivamente a Heráldica e a Genealogia da situação obscura em que cá se encontram.»¹

O nosso objectivo essencial consistiu em apresentar um programa concreto capaz de arrancar essas duas ciências ao círculo demasiado restrito em que vinham sendo cultivadas, franqueando-lhes a entrada na Universidade, bem como nos níveis de ensino preparatório e secundário, e difundindo-as intensamente através dos «mass-media». Estávamos, porém, bastante obcecados por este objectivo e isto impediu-nos de questionar com radicalidade a natureza da Heráldica² e da Genealogia.

Um ano depois, José Augusto P. Sotto Mayor Pizarro, estudante de História na Faculdade de Letras do Porto e hoje aí assistente, viria a insistir no mesmo ponto:

«Deixando estes dois testemunhos como base, não nos parece despropositado relembrar a importância, a nosso ver evidente, da inclusão da Genealogia e Heráldica como cadeira opcional do «curriculum» do curso de História das Faculdades de Letras, tal como, por essa Europa, se vem fazendo desde há muitos anos.»³

Insistência, contudo, algo diferente, na medida em que ele não enveredou pelo campo fértil das sugestões práticas, antes se cingiu à caracterização genérica das ditas ciências. Relativamente, por exemplo, à Genealogia, e sem pôr claramente em causa o estatuto de «ciência auxiliar», definiu-a nestes precisos termos:

«Se a genealogia é uma ciência auxiliar de numerosas ciências humanas, ela é também uma ciência própria: a da História das origens e desenvolvimento dos indivíduos agrupados em famílias. A biologia e a genética, a medicina, a demografia, a história geral e a história social e das famílias em particular, socorrem-se portanto da genealogia para as suas investigações.»⁴

¹ SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Da Divulgação e Ensino da Heráldica e Genealogia em Portugal*. «Gil Vicente», Guimarães, 3.ª Série, 2 (2) Abr.-Jun. 1981, p. 117.

² Fizemo-lo mais tarde em: Santos Graça e a Heráldica Poveira. *Achegas para a Teoria da Heráldica*, in «Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima Actas», 1.º vol. Póvoa de Varzim, 1984, pp. 177-204.

³ PIZARRO, José Augusto P. Sotto Mayor — *Dois Ciências Auxiliares. A Genealogia e a Heráldica*. «Humanidades», Porto (2) Abr. 1982, p. 80.

⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 79.

Propomo-nos, aliás, explorar um pouco aqui a ideia expressa, ou seja, a identificação da Genealogia com a História da Família, na sequência duma abordagem intencionalmente epistemológica.

A ambos passou, porém, despercebida a comunicação do académico de número da Academia Portuguesa de História, Luís de Bivar Guerra (1904-1979), «Cem Anos de Genealogia (1877-1977)»⁵, publicada em 1978. Texto importante, que descobrimos há uns meses atrás e que nos impeliu a levar por diante o propósito antigo de rever certos conceitos e de esboçar uma teoria nova e consistente da Genealogia, porque nele encontramos um vincado, se bem que incipiente, espírito de renovação. Atente-se, por exemplo, no seguinte:

«A genealogia é, incontestavelmente, uma ciência. Muitos historiógrafos querem que ela seja apenas ciência auxiliar da História, o que considero um erro. Os que assim a classificam são geralmente aqueles que pouco trato têm tido com a verdadeira genealogia; limitam-se ao conhecimento dos Livros «Velho e Livro Antigo de Linhagens», do «Nobiliário do Conde D. Pedro», da «História Genealógica da Casa Real Portuguesa», do Padre António Caetano de Sousa, e pouco ou nada mais. (...)»

«Portanto, a genealogia não é já apenas a tal ciência que alguns baptizaram de auxiliar da História; não, ela é uma ciência inteiramente autónoma que em presença de documentos fidedignos, estuda a história e biografia das famílias, sejam elas nobres ou plebeias, burguesas ou proletárias, ricas ou pobres, proporcionando elementos positivos e verídicos aos estudiosos da demografia, da sociologia, da estatística, da biologia, da genética e até da medicina. Claro que os historiadores têm sido grandemente auxiliados pela genealogia que lhes presta preciosas informações.»⁶

Apesar do arrojo das afirmações contidas nestes extractos, é patente uma profunda indefinição teórica sobre a essência da Genealogia dita científica. Indefinição muito mais nítida no livrinho assaz citado de Pierre Durye, «La Généalogie»⁷, porque não só não é aí fundamentada a afirmação de que «[la généalogie est] une science propre, celle de l'histoire des origines et du développement des individus groupés en familles»⁸, como também não é consistente a base sobre a qual surge a pretensa interpenetração da Genealogia com diversas ciências, em especial a Demo-

⁵ GUERRA, Luís de Bivar — *Cem Anos de Genealogia (1877-1977)*, in «Historiografia Portuguesa de Herculano a 1950». Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1978, pp. 157-179.

⁶ *Id., ibid.*, pp. 157-159.

⁷ DURYE, Pierre — *La Généalogie*, col. «Que Sais-Je?». Paris, PUF, 1979.

⁸ *Id., ibid.*, p. 35.

grafia, a História, a História Social e a História das Famílias. Não obstante isto, a obra de Durye é indiscutivelmente útil e testemunha a preocupação dos genealogistas franceses de formular e resolver questões de carácter epistemológico.

Ao invés, os genealogistas portugueses continuam a praticar muito e a teorizar pouquíssimo. A importância do texto de Luís Bívar Guerra advém-lhe, precisamente, da postura assumida, que constitui clara excepção à regra expressa e demonstrada adiante. Com efeito, a retrospectiva crítica feita por esse autor permite arrear caminho no sentido da renovação profunda da Genealogia produzida em Portugal.

Não podemos, de facto, esquecer que as suas linhas actuais têm origem na primeira metade do período focado por Bívar Guerra no seu trabalho: Alexandre Herculano, que foi «quem, incontestavelmente, com a publicação dos livros de linhagens medievais no volume «Scriptores», deu o arranque para a moderna genealogia em Portugal»⁹, Anselmo Braamcamp Freire — o grande Mestre, autor desse importante referencial, intitulado «Brasões da Sala de Sintra»¹⁰ —, Afonso de Dornelas e A. de Gusmão Nacarro — redactores do paradigmático «Tombo Histórico Genealógico de Portugal» (1911-1926) —, o Conselho Nobiliárquico Português, em cujo «Arquivo» «de 1925 a 1928 se publicaram artigos de valor»¹¹ e o Instituto Português de Heráldica, a que nos orgulhamos de pertencer e onde pontificou a erudição e o talento do Marquês de São Payo, são marcos fundamentais e inolvidáveis. A eles devemos a Genealogia existente; e cabe ainda ao último contribuir para uma Genealogia remoçada. E para isto convém ter presente as conclusões saídas do 1.º Encontro de Genealogistas do Alentejo, realizado em Évora a 3/4/1982 (10 folhas dactilografadas e de difusão, por certo, restrita, o que é de lamentar). Emergem dessas conclusões dois aspectos fulcrais:

1.º — Sistematização da componente arquivística, mediante o implemento do trabalho de equipa, a recolha organizada de dados sobre um leque de documentação e a crítica exaustiva das fontes, tendo em vista um discurso pluridisciplinar.

2.º — Constituição de uma base sólida para se fazer História das Famílias (o mesmo que Genealogia) em Portugal.

⁹ GUERRA, Luís de Bívar — *Cem Anos de Genealogia (1877-1977)*, in *ob. cit.*, p. 167.

¹⁰ FREIRE, Anselmo Braamcamp — *Brasões da Sala de Sintra*, 3.ª ed., 3 vols. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

¹¹ GUERRA, Luís de Bívar — *Cem Anos de Genealogia (1877-1977)*, in *ob. cit.*, p. 169.

Para a prossecução deste projecto tem que se repensar profundamente a Genealogia, pondo algumas questões básicas:

- a) Trata-se de uma ciência ou de uma «técnica»?
- b) Autónoma? Auxiliar da História/Ciências Sociais?
- c) Qual a Genealogia possível em Portugal?

Respeitando a ordem apresentada ensaiaremos, de imediato, uma resposta — razão de ser deste texto —, que sem visar de perto a exaustividade contribua para uma efectiva clarificação.

2. Pierre Callery escreveu que hoje «non seulement la généalogie est une science à part entière mais elle apparaît encore comme un jeu à la fois esotérique et passionnant»¹²: o «jogo dos antepassados». Por seu turno, Pierre Durye ficou-se por uma definição parcial e... comum:

«Le but de toute généalogie est donc d'établir ces trois tableaux [d'ascendance, de descendance et de parenté] à partir des pièces réunies en dossiers, résumées sur des fiches, ordonnées selon une classification simple et efficace.»¹³

Posição bem diversa foi assumida, em 1946, por Pedro da Câmara Leme, no Prefácio à excelente obra de José de Campos e Souza, «O Processo Genealógico de Camilo Castelo Branco»¹⁴:

«Na verdade, se a genealogia pretende ser uma ciência auxiliar da História e não apenas um passatempo de ociosos ou um modo de explorar o snobismo alheio — não deverão os seus cultores limitar-se a compilar nomes, datas e honrarias. É necessário que analisem sob vários aspectos, como o histórico, o económico, o social, o psicológico e o patológico, as famílias que lhes sirvam de tema. Só assim poderão contribuir para o estudo da vida portuguesa através dos tempos.»¹⁵

Passados 39 anos sobre a publicação destas palavras polémicas, inovadoras, que alguns têm vindo a reflectir nos seus trabalhos, verifica-se uma indesejável confusão

¹² CALLERY, Pierre — *Généalogie. Comment classer vos ancêtres*. «L'Histoire», Paris (1) Mai 1978, p. 109.

¹³ DURYE, Pierre — *Ob. cit.*, p. 56.

¹⁴ SOUZA, José Campos e — *O Processo Genealógico de Camilo Castelo Branco*, Lisboa, Edições Gama, 1946.

¹⁵ LEME, Pedro da Câmara — *Prefácio, ibid.*, p. X.

conceptual: a palavra ciência tem servido para distinguir uma técnica (base do jogo mencionado por Callery), que consiste em recolher, sobretudo nos registos paroquiais, dados nominais e em organizar árvores de costados (inteligíveis através da numeração Eyzinger-Stradonitz) e títulos genealógicos (sucessão numerada de gerações, acrescida de datas e de elementos biográficos). Repugna à mais elementar epistemologia converter um mero método quantitativo de busca de nomes e de exposição das informações obtidas em ciência!

O alemão Rilke dividiu as Ciências Humanas (preferimos designá-las por Sociais, porque não há actividade humana desinserida de um contexto social) em dois grandes grupos: as nomotéticas e as ideográficas. Aquelas formulam os seus resultados em «leis», mediante processos quantificadores ou simples enunciados verbais — é o caso da Psicologia, da Sociologia, da Economia, da Linguística, da Etnologia e da Demografia. As outras têm por objecto material não fenómenos, mas factos definidos como únicos, entretecidos no tempo, irreversíveis, nítidos apenas no contexto e resistentes à enunciação de leis — veja-se, por exemplo, a História.

O eventual posicionamento da Genealogia neste quadro exige, naturalmente, que se descubra a sua suposta cientificidade. E isto passa, pois, por uma clara delimitação de conceitos.

A origem e reprodução da Vida, temática crucial e fascinante, se, por um lado, atrai abordagens cada vez mais sistemáticas e analíticas, tais como a Biologia, a Genética e a Paleontologia, por outro, implica a antiquíssima enumeração ascendente ou descendente de indivíduos integrados numa mesma cadeia generativa. Luís Bívar Guerra exprimiu isto da seguinte forma:

«A genealogia vem de muito longe e resulta do fenómeno natural da sentença divina «crescei e multiplicai-vos»; e do desejo humano, não menos natural, de cada um querer saber a sua origem.»¹⁶

Este irresistível desejo humano inscreveu-se, desde logo e por razões óbvias, no domínio do social, emprestando uma conveniente inteligibilidade ao discurso mitológico e religioso (atente-se nos seguintes exemplos: a mitologia grega e a romana «têm uma completa ligação genealógica entre os seus deuses e semi-deuses e destes com mortais»¹⁷; o Génesis, com que se inicia o Antigo Testamento, «est proprement un immense traité de généalogie descendante»¹⁸; a árvore de Jessé, «na qual

¹⁶ GUERRA, Luís de Bívar — *Cem Anos de Genealogia (1877-1977)*, in *ob. cit.*, p. 158.

¹⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 158.

¹⁸ DURYE, Pierre — *Ob. cit.*, p. 6

se vê a ascendência da Virgem Maria»¹⁹; o Islamismo dá, também, especial destaque à descendência do profeta Moamé; etc.) e possuindo um sentido profundo, explorável filosoficamente²⁰. Cita-se, a propósito, um pequeno, mas precioso, texto do Marquês de São Payo, «A Genealogia, o Existencialismo e a Literatura Contemporânea»²¹, que utiliza inteligentemente o testemunho de Virgílio Ferreira, em «Aparição», para salientar a «obsessão genealógica» da corrente existencialista:

«... [na] procura da descoberta da existência individual, do pensamento, da sensação da pessoa e da personalidade, do seu reconhecimento não limitado por nada mas presente a si próprio, na impossibilidade de pensar que o «eu poderia não existir», reconhece-se, curioso é notá-lo, quase como primordial o problema genealógico do indivíduo.»²²

Se dirigirmos a nossa atenção para o período medieval e, em termos geográficos, para o espaço europeu deparamos com uma literatura genealógica, que exprime a ideologia de uma classe — a nobreza — empenhadíssima no reforço e defesa do seu poder. O natural desejo humano de conhecer as origens metamorfoseou-se, assim, em necessidade política de um grupo social, cuja força e influência careciam da legitimação do passado — tumba sagrada dos inesquecíveis heróis. E para legitimar o poder dos reis fundaram as respectivas genealogias nos deuses germânicos ou, norma habitual, nos patriarcas do Velho Testamento: norma que ultrapassou a época medieval e inspirou os fantasiosos genealogistas dos sécs. XVII e XVIII como, por exemplo, João Hübner, reitor do Liceu Principesco de Merseburg e autor das «*Genealogische Tabellen, Nebst denen darzu gehdrigen Genealogischen Fragen, Zur Eräuterung Der Politischen Historie*» (Leipzig, 1708), onde as cabeças coroadas da Europa descendem directamente de Adão e Eva, e estes exibem a idade com que faleceram!

¹⁹ MATOS, Armando de — *Manual de Genealogia Portuguesa*. Porto, Fernando Machado, 1943, p. 39.

O A. prossegue: «E penso até apontar uma curiosa espécie bibliográfica, intitulada PROSÁPIA DE CRISTO, publicada em Espanha, na cidade de Beça no ano de 1614, pelo Licenciado Peña, onde se documenta a ascendência terrena de Jesus Cristo».

²⁰ É indiscutível a conveniência em aprofundar a leitura filosófica da Genealogia, sugerida recentemente por Augusto Ferreira do Amaral num excelente improviso proferido, na sessão ordinária do I. P. H. de 15-6-1985. Ficamos a aguardar deste nosso Confrade e distinto genealogista um valioso contributo nesse sentido.

²¹ «Armas e Troféus», Lisboa, 2 (2) Jan.-Abr. 1961, p. 229.

²² *Id.*, *ibid.*, p. 229.

Uma sondagem, ainda que rápida, ao interior dessa literatura genealógica, apoiada num exemplar estudo de José Mattoso, leva-nos a sublinhar o seguinte:

«As fontes que os próprios autores medievais chamam *genealogias* eram, em geral, obras independentes que se destinavam a dar a conhecer a descendência de uma família ou de um conjunto de famílias ou indivíduos. Podem-se definir por contraste com os *libri memoriales* e os *libri vitae* que também agrupam os indivíduos por famílias, mas sem indicarem o parentesco e que serviam para recordar os nomes que deviam citar-se no cânon da Missa ou nas orações públicas de uma comunidade religiosa e clerical. Opõem-se, ainda, às *listas de reis*, que pretendem explicar como se transmitiu o poder. Com efeito, as genealogias apresentam cuidadosamente os parentescos, citam os nomes e até dos descendentes de ramos colaterais. Finalmente, por contrastes com as crónicas, as genealogias propriamente ditas não descrevem acontecimentos — ou então fazem-no em termos breves, sobretudo para caracterizar melhor certos personagens ou explicar as suas alcunhas. Isto não quer dizer que não tenha havido contaminação destes dois últimos géneros, o que faz com que certas obras linhagísticas, sobretudo no fim da Idade Média, se apresentem com digressões narrativas, ou então que seja dado o nome de «genealogia» a crónicas de certas casas nobres, de estrutura evidentemente narrativa, mas que concedem especial relevo à sucessão familiar e aos laços de parentesco que unem os indivíduos a elas pertencentes. Outras obras começam como genealogias e acabam como crónicas, etc.»²³

Portugal distinguiu-se no panorama europeu através dos célebres livros de linhagens, que «abrangem menos de um século, no máximo de 1270 a 1350» e que o eminente medievalista supracitado caracterizou assim:

«Os livros de linhagens adquirem assim um significado muito precioso. O contexto em que aparecem explica que em Portugal, em vez de assistirmos, como no resto da Europa, à decadência da genealogia, vejamos, pelo contrário, o seu desenvolvimento. Aparecendo na mesma época que a poesia trovadoresca, são, juntamente com ela, a expressão de uma enorme pujança e vitalidade da classe nobre, que se mantém até à época da Peste Negra.»²⁴

²³ MATTOSO, José — *Os Livros de Linhagens Portugueses e a Literatura Genealógica Europeia da Idade Média*. «Armas e Troféus», Lisboa, 3.^a Série, 4 (2) Abr.-Jun. 1976, pp. 133-134.

²⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 149.

O espesso sincretismo destes textos levou Manuel Artur NORTON a proceder ao ordenamento sistemático dos seus títulos genealógicos. *Veja-se: Livro Velho de Linhagens (Subsídios para a sua ordenação)*. «Armas e Troféus». Lisboa, 12 (2) Abr.-Jun. 1971, pp. 145-197 e 12 (3) Out.-Dez. 1971, pp. 238-264. *Livro Antigo de Linhagens (Subsídios para a sua coordenação)*. «Armas e Troféus», Lisboa, 3.^a Série, 1 (1) Jan.-Mar. 1972, pp. 54-93 a 3.^a Série, 4 (1) Jan.-Mar. 1975, pp. 82-110.

Este tipo de literatura, que teve em Portugal e na Península um incremento enriquecedor, deixou duas marcas indeléveis na Genealogia ainda em «uso», a saber: predominante sujeição ao princípio nobiliárquico e recurso ao género cronístico (ensombrado por uma desmedida fantasia) a fim de enaltecer o valor e o patriotismo das famílias nobres. Podemos, de facto, considerar escassas as excepções que só confirmam os aspectos referidos: as duas listas de servos (uns enumerados para efeito das partilhas «entre o bispo Nausto de Coimbra e os filhos de Pedro e de Sarracina no princípio do século X»), outros, os de Osoredó Trutesendes, foram-no, também, com o mesmo objectivo, ou seja, «para as partilhas dos seus filhos em 930»²⁵, citadas por José Mattoso, surgiram, acidentalmente, em função da vida dos senhores, desaparecendo logo como potencial embrião da Genealogia das famílias populares.

Finda a Idade Média, Pierre Durye situou o «nascimento da genealogia moderna» entre os sécs. XVI e XVII dizendo:

«La révolution des idées, qui produisit l'humanisme, orienta dans un sens nouveau le destin de la généalogie. Pensant que rien de ce qui concernait l'homme ne pouvait leur être étranger, les historiens de la Renaissance se tournèrent vers des recherches généalogiques qui n'avaient plus pour but exclusif de prouver un droit de succession ou de flatter l'orgueil d'un souverain.»²⁶

E na página seguinte, tendo presente apenas o caso francês, acrescenta:

«Ces travaux contiennent beaucoup de bonnes choses, malheureusement mêlées à quelques fictions.

«L'apparition des méthodes critiques em histoire, de l'étude des sources et de la paléographie, du latin médiéval et de la diplomatique, sous l'impulsion des savants français Mabillon et Du Cange fit bénéficier la généalogie de moyens d'investigation nouveaux et lui donna un prodigieux essor.»²⁷

Este considerável impulso renovador sofreu, porém, um sério revés no séc. XVIII devido à corrosiva filosofia dos enciclopedistas e ao «populismo» da Revolução Francesa. Por seu turno, em Portugal, a chamada «genealogia moderna» serviu cla-

²⁵ MATTOSO, José, *art. cit.*, p. 139.

²⁶ DURYE, Pierre — *Ob. cit.*, p. 10.

²⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 11.

ramente os «juristas nas inúmeras, e por vezes infundáveis, demandas que a sucessão dos morgadios provocava»²⁸, contribuindo não já para o espírito de solidariedade da classe dominante — a nobreza —, mas sim para cada vez mais difícil manutenção de antigos privilégios e influência sócio-política daquela, face à insaciável gula de uma burguesia sedenta de poder. Esta orientação não implicou, mas, também, não impediu o apuramento genealógico, em termos de rigor e veracidade:

«No final do século XVI e durante o século XVII já tínhamos alguns bons genealogistas trabalhando com a segurança que as fontes à sua disposição lhes permitiam, entre os quais destaco: D. António de Lima Pereira, senhor de Castro Daire, de cujo nobiliário possuo uma cópia acrescentada e anotada pelo Licenciado Padre Manuel Adrião em 1698; Cristóvão Alão de Morais que graças aos vários cargos que exerceu na magistratura, sucessivamente em Torres Vedras, Mira, Porto, Pinhel, Riba Coa, Figueira e Coimbra, pôde compulsar muitas fontes documentais que contribuíram para escrever a sua excelente «*Pedatura Lusitana*» publicada há poucos anos pelo nosso confrade Dr. Eugénio de Freitas.

«Alão de Morais, na minha opinião, foi um pioneiro da genealogia científica em Portugal. (...)

«Este século XVII e todo o XVIII foram muito «*povoados*» de genealogistas, alguns sérios e merecedores da nossa confiança mas, uma grande maioria, fantasistas, autores de genealogias delirantes, quando não de falsidades revoltantes oulouvaminhas pouco edificantes.»²⁹

Houve ainda o conceituadíssimo D. António Caetano de Sousa, o conhecido Manuel José da Costa Felgueiras Gaió (malgrado as notórias inexactidões do seu Nobiliário), o criterioso Manso de Lima, entre outros. Não salvaram, porém, a honra do convento — as falsidades pesaram, por isso, muito nos azedos comentários de um Braamcamp Freire:

²⁸ GUERRA, Luís Bivar — *Cem Anos de Genealogia (1877-1977)*, in *ob. cit.*, p. 161. E na p. 162 lê-se:

«Ora, sucede que a partir do século XVI muitos morgadios, talvez a maioria, nas suas instituições tinham uma cláusula que excluía da sucessão todos os que tivessem sangue de negro, mulato, judeu, mouro e índio.

«Esta estipulação veio tornar ainda mais necessárias as genealogias, dando-lhes já um aspecto racista. Também a possibilidade de instituírem morgados nas famílias de plebeus veio contribuir para o aumento da elaboração das genealogias.

«Apareceram então com toda a característica de racismo os tições, livros negros ou livros de reparos genealógicos, nos quais se apontam os defeitos de sangue e outros que afectam as famílias da nobreza».

²⁹ *Id., ibid.*, pp. 162-163.

«Alguns chamam-me genealogista: é espécie a que não pertença. Genealogista é sinónimo de mentiroso e parvo (1). Parvo, os outros me chamarão; mentiroso, asseguro que o não sou.

«O que eu não sou é genealogista. Renovo a minha afirmação, e declaro que muito arrependido estou de no primeiro livro não ter pôsto aqueles sujeitos completamente de parte, como o fiz agora neste. Eles são mentirosos por índole e officio, ou por vaidade; são parvos, geralmente de nascença. Há excepções, em tudo as há, mas de comum só se pode aproveitar a resenha coeva, ou quási, e essa mesma com critérios e cautela. O mais, é refugo.

«Tudo quanto neste livro vai escrito é firmado em documentos.»³⁰

Mas apesar destas amargas afirmações nem se livrou do atributo, nem de ser apodado de parcial³¹.

Inseridas as afirmações no contexto positivista do séc. XIX, deparamos, de imediato, com a crise e o ressurgimento da Genealogia — a secular decadência da nobreza, a polémica concessão (e compra) de títulos ao «brasileiro camiliano», o advento da República, ideologicamente adversa ao sistema nobiliárquico (ver Apêndice), validaram as palavras renovadoras de um Alexandre Herculano ou de um Braamcamp Freire, defensores veementes da Genealogia fundada em dados verídicos, colhidos em documentos autênticos. Luís de Bívar Guerra rotulou-a de «científica» — nítido exagero, que nos propomos corrigir aqui. Por sua vez, Natália Nunes num interessantíssimo texto, publicado inicialmente no «Diário de Notícias», de 30 de Maio de 1967, transcrito na revista «Armas e Troféus» (1968), decidiu traçar o perfil do genealogista contemporâneo, beneficiando para isso da sua actividade profissional como arquivista:

«O investigador em genealogia, sómente se os documentos escritos existissem já no tempo de Adão e Eva esgotaria e acalmaria a sua ansiedade. Lembro-me de certo apreciador das sombras silentes do arvoredo genealógico que, de ramo em ramo, lá alcançou um tronco que vicejava no século XVI, e da sua dor, do desespero que o tomou quando lhe declarei que não se conhecem livros de registos paroquiais anteriores a esse século; não só desenhava «árvores» como possuía certidões dos assentos de baptismo, casamento e óbito de toda a pretérita parentela.

³⁰ FREIRE, Anselmo Braamcamp — *Brasões da Sala de Sintra*, 3.^a ed., 2.^o vol., *ob. cit.*, pp. VII e VIII.

³¹ Veja-se a propósito: SÃO PAYO, Marquês de — *Em desagravo de Anselmo Braamcamp Freire. Comentários a uns Comentários à laia de uma recensão*. «Armas e Troféus», Lisboa, 4 (1) Jan.-Mar. 1963, pp. 9-33.

«Investigar em genealogia é não ter mais um momento de descanso, é viver em estado permanente de pesquisa e, portanto, de «suspense». É certo que, ao encontrar parentescos, ao verificar o entrecruzamento dos ramos e dos troncos, o genealogista conhecerá grandes momentos de satisfação: mas não pára, é compelido a andar sempre mais para os lados e para trás, pois os galhos da «árvore» proliferam indefinidamente e o tronco, esse, alonga-se e afunda-se cada vez mais em direcção à terra do Paraíso Original, de onde brotou a Árvore da Vida.

«É provável que investigação genealógica seja uma das formas do espírito de colecção. No coleccionar há também a projecção e a transferência de uma ansiedade. Mas resta saber porquê tal projecção e tal transferência se realizam precisamente nesse sentido, isto é, orientando-se para o passado. (...)

«Ao mundo dos vivos o genealogista prefere o mundo dos mortos. É que este é mais fácil construí-lo à medida dos nossos desejos. (...) O futuro é esquivo, traiçoeiro, reduz-se a todos os instantes, cerceando cada vez mais a nossa capacidade de ilusão. A vida passada, essa lá está parada e disposta ao nosso convívio.»³²

Forma do «espírito de colecção» ou um jogo, o que esta Genealogia não consegue ser é ciência.

O conhecimento científico compreende quatro características essenciais: racional, objectivo, revisível e dialéctico. Sendo racional, a ciência não se circunscreve ao registo de dados, apostando na sua interpretação, traduzida pelos seguintes *momentos*: observação, ordenação e estabelecimento do facto científico. Assumindo-se como objectiva ela tem que se impor a *todos os sujeitos*: torna-se, assim, um conhecimento «universal e constante» (note-se que a objectividade não é um valor absoluto, variando consoante o tipo de ciência). Por revisibilidade entende-se a permanente correcção, melhoria ou substituição dos conceitos operatórios empregues no trabalho científico, tendo em vista uma adequação perfeita à realidade. Ao carácter revisível liga-se intimamente o dialéctico, que consiste na contínua superacção de ideias (tese) pelo confronto com outras (antítese) em busca de um salto qualitativo (síntese) no sentido da tão desejada abrangência unificadora do real.

À luz do exposto verifica-se que a Genealogia, há muito cultivada, é um método de pesquisa de antepassados: regista-os seguidamente em árvores de costados e em «títulos genealógicos», sem os submeter a uma interpretação histórica e económico-social. Carece, portanto, de racionalidade. Em contrapartida, é objectiva porquanto incide sobre matéria quantificável — passa, aliás, por aqui a convergência da

³² NUNES, Natália — *Henoch Porém Gerou a Irad e Irad Gerou a Maviel e Maviel Gerou...* «Armas e Troféus», Lisboa, IX (1) Jan.-Mar. 1968. pp. 74-76.

Genealogia com a Demografia. Não exhibe o carácter revisível, porque assenta na morosa e algo «mecânica» montagem de gerações e não na dinâmica explicação de fenómenos ou factos mediante conceitos operatórios. Consequentemente, será, no mínimo, ilógico considerá-la dialéctica.

Rejeitamos, assim, o epíteto «científica», que Luís Bívar Guerra utilizou. Significa isto, que estamos perante uma «técnica»? Sim, se por tal se entender um conjunto de regras simples ou sofisticadas, isto é, impostas pela solução informática³³, capaz de obter a reconstituição nominal de famílias. Neste sentido, ela integra-se perfeitamente nas «Techniques d'Analyse en Démographie Historique»³⁴, sendo justificada, apenas, pela perspectiva demográfica. E isto leva-nos a procurar um termo semanticamente mais flexível. Pierre Callery, como já atrás referimos, propôs, como mais adequado, o termo *jogo*:

«A la recherche de ses origines, le généalogiste amateur se heurte souvent aux exigences de cette démarche scientifique alors qu'il pensait y trouver un jeu. En fait, il s'agit d'une science ludique qui touche à tout, à l'histoire, à la sociologie, à la démographie, etc., et d'un jeu de patience qui demande méthode et imagination. Le généalogiste doit mener l'enquête comme un détective, interroger témoins et archives, tout noter, ne rien laisser au hasard et organiser le résultat de ses investigations. (...)

«La généalogie? Élémentaire, mon cher Watson!»³⁵

À sombra destas palavras caracterizamos a Genealogia «jogo» com a lenta, aliciante e mágica composição de um «puzzle», com peças de proveniência diversa, a saber: livros do Registo Paroquial/Civil, «Inquirições de Genere», Prazos, Sentenças e outros elementos de Arquivos de Família ou de Cartórios monástico-conventuais, nobiliários impressos (referenciados, por exemplo, através da «Bibliografia Nobiliarchica Portuguesa»³⁶, que deve ser prosseguida e ampliada), monografias locais, publicações periódicas, etc. O objectivo essencial deste curioso jogo consiste em obter exaustivos quadros de ascendência e/ou descendência, baseados na sucessão agnática e cognática, cobrindo inclusive, e dentro do possível, os ramos colaterais da «Árvore

³³ Ver o importantíssimo estudo de PÉLISSIER, Jean-Pierre — *Démographie. Généalogie. Micro-Informatique*, 2.º Cahier des Annales de Démographie Historique. Paris, Société de Démographie Historique, 1983.

³⁴ HENRY, Louis — *Techniques d'Analyse en Démographie Historique*. Paris, Éditions de L'Institut National d'Études Démographiques, 1980.

³⁵ CALLERY, Pierre — *La Généalogie. Une science. Un jeu. Guide Pratique*. Paris, Éditions du Seuil, 1979, contra-capá.

³⁶ SOARES, Eduardo de Campos de Azevedo — *Bibliographia Nobiliarchica Portuguesa*, 3 vols. Braga, 1916-1923. Vol. 5, 2.º Suplemento. Porto, Fernando Machado, 1947.

da Vida». Ele implica um apaixonante desafio: vencer o espesso enigma das origens, ou, por outras palavras, animar (e não apenas coleccionar) as sombras silentes dos antepassados. A sua grande regra é: perseguir a verdade dos factos, fugindo a toda e qualquer fantasia. O seu único limite: unir as peças do «puzzle», sem interpretar os dados e analisar os factores subjacentes. Pela interpretação e análise se opera o salto qualitativo do jogo para a ciência.

A Genealogia só poderá ser entendida como ciência se consistir na descrição rigorosa das sucessivas gerações de uma Família e conseqüente análise — à luz de eventual leitura demográfica — das coordenadas sócio-económica, política e «sentimental»³⁷, resultantes do devir concreto e contextualizado daquelas. Temos, assim, que a Genealogia «ciência» exhibe o mesmo objecto material da História da Família, confundindo-se com ela. E, neste sentido, posiciona-se claramente no campo das ciências ideográficas.

Mas apesar da óbvia semelhança do objecto material, existem entre a Genealogia e a História da Família (nascida na década de 50 e profundamente marcada pelo decisivo contributo anglo-americano) diferenças de método e de perspectiva. Com efeito, a primeira limita-se a abordar monograficamente uma Família (incluindo as outras que com ela se ligam de forma estreita), seja nobre, burguesa, plebeia ou as três coisas juntas, explorando algumas das fontes supracitadas e descobrindo outras (testamentos da Provedoria Eclesiástica e das Câmaras Municipais, livros dos «Julgados de Paz», das Comendas...) não para encadear nomes (objectivo fulcral da Genealogia «jogo»), mas para obter com o máximo de rigor a natureza sócio-económica e mental da Família estudada. E quanto ao seu método importa salientar o seguinte: os vários modelos possíveis de fichas para recolha de dados³⁹, bem como os quadros e «esquemas de sinopse» propostos por Pierre Callery são instrumentos importantes para o êxito da Genealogia «jogo», mas estão longe de ser uma metodologia, porque esta implica, do ponto de vista científico, uma dimensão diferente, que até agora não tem sido encarada pelos genealogistas. De facto, estes têm caído no absurdo: reivindicam para o seu *métier* o atributo «científico», mas nem sequer utilizam um método propriamente dito! A Genealogia «ciência» aqui proposta servir-se-á de um

³⁷ «Sentimental» significa, em termos gerais, a acção da mentalidade na estrutura da Família. Veja-se: ANDERSON, Michael — *Elementos para a História da Família Ocidental 1500-1914*, Entender 1. Lisboa, Editorial Quercus, 1984, pp. 37-64.

³⁸ Embora proliferem os modelos pessoais de fichas, não são muitos os publicados. Veja-se: NORTON, Manuel Artur — *Sobre Fichas Registadoras para Assentos Paroquiais*. «Armas e Troféus», Lisboa, XI (3) Out.-Dez., 1970, pp. 281-286.

método composto: histórico (heurística/hermenêutica/síntese), estatístico e analógico. Por seu turno, a História da Família não se esgota, ao contrário daquela, no «singular», absorvendo-o com vista à plena afirmação do «universal», isto é, abarca várias abordagens (a genealógica é uma delas), portadoras de informações, princípios, teorias e modelos, que tornam inteligível a estrutura da Família, gerada no Ocidente.

Michael Anderson, no seu excelente livrinho «Elementos para a História da Família Ocidental 1500-1914»³⁹, vai mais longe, dizendo:

«Ao longo dos últimos vinte anos a história da família constituiu um dos principais domínios na evolução da história social; na realidade, poucos textos referidos neste trabalho foram escritos antes de 1960 e na sua maioria publicados depois de 1970. Por um lado, a novidade que representava fez com que a história da família se tornasse um tema apaixonante — tanto havia a descobrir e tão inesperadas eram muitas das descobertas. Por outro lado, deparam-se-nos dificuldades. (...)

«Em primeiro lugar, há o problema da diversidade — na verdade, o único facto não ambíguo que se impôs nos últimos vinte anos é que não pode haver uma única história da família ocidental desde o século XVI aos nossos dias, porquanto não existe, *nem nunca existiu*, um sistema familiar único. O ocidente sempre se caracterizou pela diversidade das formas da família, das funções da família e das atitudes para com as relações familiares, não só ao longo dos tempos mas em pontos preciosos do tempo. Excepto ao nível mais trivial, não existe um tipo de família europeu. (...)

«Identificar e tentar compreender a diversidade tem constituído um problema fundamental, particularmente em qualquer tentativa de generalização sobre as tendências a longo prazo que se verificam no mundo ocidental considerado como um todo. Contudo, tem sido esta a tendência de muitos autores e daí a necessidade de a presente brochura abranger uma vasta área geográfica e um período de tempo longo. Mas subjacente a estas dificuldades encontra-se um segundo conjunto de questões muito mais prementes, que acaba por surgir em qualquer domínio da história económica e social — e mesmo em qualquer domínio da ciência social — mas que raramente se revela com tanta nitidez como no caso da história da família. Nos últimos anos, cada vez se vem tornando mais claro que muitas das controvérsias sobre a história da família surgem pelo facto de diferentes grupos de autores, mesmo quando aparentemente trabalham sobre o mesmo tópico, inconscientemente tentarem escrever tipos muito diferentes de história, adoptando assim abordagens diferentes relativamente à selecção dos problemas que vão investigar, aos tipos de fontes a que recorrem, ao modo como as provas são e podem ser usadas e à relevância da teoria social e económica para o trabalho que se propõem realizar.»⁴⁰

³⁹ ANDERSON, Micheal — *Ob. cit.*

⁴⁰ *Id., ibid.*, pp. 9-11.

E o mesmo autor prossegue, enumerando quatro dessas diferentes abordagens:

«Uma que se designa a si própria por psico-história e que tem mesmo uma publicação, o *Journal of Psychohistory*, parece já ter entrado em problemas insolúveis no tocante às provas e ter envolvido os seus praticantes em tantos julgamentos anacrónicos e em tais negligências relativamente aos princípios básicos da disciplina da história, que considere não valer a pena incluí-la aqui em pormenor; no primeiro número da *History of Childhood Quarterly* (ver também [54] e a análise de Wisby in *Journal of Family History*, 1978), pode-se encontrar um resumo das linhas de abordagem fundamentais desta escola, bem como uma valiosa colecção de críticas. As três abordagens restantes — que designo aqui por demográfica, dos sentimentos e da economia doméstica — continuam a polarizar as atenções e, por esse motivo, dediquei um capítulo a cada uma delas. Sou obrigado a chamar a atenção para o facto de cada uma delas representar uma tradição fundamental na literatura sobre ciências sociais, possuindo um significado próprio e tendo dado um contributo para a nossa compreensão da vida da família no passado, e ainda de não se poder negligenciar nenhuma delas se se desejar obter uma perspectiva global e nítida dos factos.»⁴¹

Vista, assim, um pouco por dentro, conclui-se que a História da Família resulta do contínuo somatório das abordagens viáveis, com os seus próprios métodos, porque só da síntese das diversas perspectivas consegue extrair uma visão global e dinâmica das facetas e problemas, que a Família comporta.

Do exposto infere-se um aspecto, que convém deixar bem explícito: a Genealogia «ciência» só o é de facto, enquanto integrada no campo específico da História da Família como abordagem monográfica, distinta das enumeradas por Michael Anderson, embora receptiva aos seus resultados, e devidamente individualizada. Com este estatuto não ficam margens para a dúvida: a Genealogia é uma componente activa e, de certo modo, autónoma da História da Família e não uma sua «ciência auxiliar».

Se agora a considerarmos em relação com a História pode-se pôr, também, de lado a expressão tradicionalmente usada de «ciência auxiliar», porque a rica e actual noção da interdisciplinariedade traduz muitíssimo bem o relacionamento em causa, que abrange, portanto, a História Política, Económica e Social. É recomendável a leitura do excelente artigo «História» de Jacques Le Goff, publicado no 1.º vol. da *Enciclopédia Einaudi*, se se quiser aprofundar esse ponto.

⁴¹ *Id., ibid.*, pp. 11-12.

A referida interdisciplinariedade caracteriza igualmente as relações da Genealogia «ciência» com a Heráldica «convencional»⁴², com a Demografia e, enfim, com as Ciências Humanas e Sociais.

Uma forte tradição nobiliárquica remeteu a Genealogia a um papel subsidiário da Heráldica, patente em muitos dos inventários das pedras de armas e armas tumulares concelhias já publicados. Completar a leitura dos brasões com uma sucessão extensa e compacta de títulos genealógicos é importante e enriquece bastante a chamada «lição heráldica», mas inviabiliza à partida o pleno desenvolvimento da função analítica da Genealogia «ciência». Para superar este inconveniente, deve-se descrever em separado (de preferência em trabalhos diferentes) o conteúdo estético e semiótico dos brasões e a realidade económico-social e mental das respectivas famílias. Isto não impede, porém, que se incluam nos inventários heráldicos pequenas, mas densas resenhas genealógicas, baseadas não tanto em nomes, antes em tendências da evolução familiar.

Assiste-se hoje a uma acentuada aproximação entre a Genealogia e Demografia, sobretudo, histórica, graças ao valiosíssimo contributo da Informática. Aproximação feita de duas maneiras: por um lado, temos o crescente interesse dos historiadores demógrafos pelas genealogias publicadas, em especial as descendentes (longas listas de nomes, datas e informações complementares), porque contribuem para uma visão muito mais alargada da Família e, por isso, mais rica que a noção elementar de «núcleo» seguida por Louis Henry; por outro, os estudos monográficos da Genealogia «ciência», atrás proposta, pressupõem enquadramentos fundamentadores conseguidos através do contacto estreito com a Demografia histórica, que segundo André Nouschi:

«... preocupa-se não só em fixar os grandes traços da evolução demográfica de um grupo ou de uma população, com tudo o que isso implica, mas também se preocupa com toda a história da higiene, das epidemias das crises, das migrações locais ou intercontinentais, etc.»⁴³

Mas apesar destas evidentes formas de aproximação os demógrafos portugueses não têm prestado muita atenção às genealogias produzidas, manifestando mesmo forte desconfiança em relação ao seu rigor e nítido desprezo pelo seu predominante carácter nobiliárquico. Para se desfazer este desencontro há que apostar fortemente

⁴² Veja-se: SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Santos Graça e a Heráldica Poveira. Achegas para a Teoria da Heráldica*, in *ob. cit.*, pp. 183-186.

⁴³ NOUSCHI, André — *Iniciação às Ciências Históricas*. Coimbra, Livraria Almedina, 1977, p. 55.

na Genealogia «ciência» e nos projectos de computação, destinados, por exemplo, a utilizar genealogia na reconstituição de famílias.

O discurso epistemológico traçado incita à renovação urgente da Genealogia. Renovação, que passa necessariamente pela aplicação experimental de um modelo científico ao caso português.

3. Uma leitura cuidadosa da já citada «*Bibliographia Nobiliarchica Portugueza*», malgrado as suas lacunas e o facto de não cobrir o período posterior à década de 40 do presente século, põe-nos perante as linhas de força da Genealogia praticada em Portugal — a mesma de ontem e de hoje!

Só nestes últimos 30 anos começou a surgir uma tendência clara no sentido de contrariar o carácter nobiliárquico e descritivo dos trabalhos genealógicos, consagrando a consulta exaustiva de registos paroquiais e outras fontes arquivísticas. Não obstante esta positiva tendência, tem faltado um modelo científico organizado, que corporize e oriente o significado novo (estrutural) atribuído à reconstituição de famílias. E isso deve-se ao facto, atrás afirmado, de os genealogistas portugueses teorizarem pouquíssimo sobre o seu trabalho, enredando-se nas malhas de uma Genealogia, que é «jogo» e nunca «ciência»! Abundam exemplos, que demonstram esta evidência. São fáceis de encontrar: veja-se, entre outras, a revista «*Armas e Troféus*» e, no tocante a monografias, a monumental obra, ainda em publicação, «*Carvalhos de Basto. A descendência de Martim Pires de Carvalho, Cavaleiro de Basto*»⁴⁴.

O modelo, que aqui propomos assenta nos seguintes pressupostos:

- 1.º — Distinção rigorosa entre Genealogia «jogo» e «ciência».
- 2.º — Consulta obrigatória de uma *Bibliografia Básica* (ver Apêndice II), por certo muito incompleta, mas mesmo assim útil, e seleccionada de acordo com o sentido inovador do modelo.
- 3.º — Permanente descoberta de novas e importantes espécies documentais, possível através de um relacionamento estreito com a Arquivística.
- 4.º — Conhecimento profundo e actualizado de todos os trabalhos teóricos e práticos relativos à História da Família.

⁴⁴ FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e; FERNANDES, Maurício Antonino; CASTRO, Francisco J. de Abreu Maia e; ANDRADE, Nuno M. Ferraz de; e CARVALHO, A. Duarte P. P. Rebelo de — *Carvalhos de Basto. A descendência de Martim Pires de Carvalho, Cavaleiro de Basto*. 4 vols. Porto, 1977-81.

Enumerados os pressupostos, vejamos agora o modelo por dentro. Atendendo a que a Genealogia «ciência» é uma abordagem monográfica, ou seja, incide sobre uma família e suas alianças de cada vez, a escolha desta tem de obedecer a critérios justificáveis, que afastam o risco do aleatório e do impasse. O primeiro exige que a escolha recaia sobre família com considerável ou, pelo menos, suficiente suporte documental (*reside nisto o principal limite do modelo*). O segundo consiste em subordinar a escolha ao interesse teórico por determinada classe ou grupo social, com vista à determinação dos seus mecanismos essenciais. O terceiro tem a ver com as potencialidades genealógicas do género biográfico (a Biografia pode e deve ser um excelente ponto de partida para a Genealogia «ciência»).

Uma vez seleccionada a família há que proceder, numa primeira fase, à reconstituição nominal em sentido ascendente e/ou descendente, conforme o objectivo que se pretenda atingir. Obtida a ossatura, o esqueleto da família, que deverá constituir a segunda parte do estudo, sob forma de títulos genealógicos, entra-se na segunda fase, ou seja, no miolo do modelo: análise detalhada, mediante o método histórico-estatístico-analógico, da faceta económica, da social e de aspectos subtis e complexos como a *privacidade e domesticidade, a modificação nas atitudes para com as relações interpessoais, a selecção do cônjuge, as funções do casamento, a ilegitimidade e a alteração de posturas relativas ao sexo, a educação dos filhos, etc.* E no que respeita aos seus resultados, note-se que eles não podem servir para extrapolações, sempre perigosas, mas apenas como contributo, a somar a outros, para a leitura problematizadora e globalizante feita pela História da Família. O estudo deve abrir com a apresentação da análise, devidamente enquadrada no meio (*aldeia, vila ou cidade*) em que a família focada se insere, salientando-se as variantes demográficas e a dimensão política.

O modelo, no fundo, é simples e, em princípio, viável. Resta agora testá-lo⁴⁵. Apelamos, por isso, aos genealogistas portugueses para que se empenhem em demonstrar a sua eventual eficácia, criticando-o, corrigindo-o, melhorando-o...

O desafio do presente exige — não o esqueçamos — que se faça sem demora a Genealogia do futuro.

⁴⁵ O A. deste artigo teve oportunidade de começar a testar o modelo proposto através de um projecto ainda em curso, com a colaboração de Luís Pimenta de Castro Damásio, Luís Novais, Guilherme Rego da Silva e José Emanuel Queiroga Fernandes. Referimo-nos a *Casas Armoriadas do Concelho dos Arcos de Valdevez. Subsídios para o estudo da nobreza arcoense*. Edição da Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez: 1.º vol., 1.ª ed. 1989, 2.ª ed. corrigida e aumentada 2000; 2.º vol., 1992; 3.º vol., 1993; e 4.º vol., 1996. Está em preparação o 5.º volume.

APÊNDICE

I

Títulos de nobreza

No «Diário de Notícias» de ontem, 13 de agosto, na 6.^a página, entalado entre o anúncio dum automóvel que se vende no Conde Barão e o anúncio duma loja que se trespassa na Rua Garrett — que também era visconde — lê-se este:

Títulos de nobreza

De barão, visconde, conde, marquês e duque, obtem-se rapidamente por intermedio de genealogista. Carta ao n.º 999.

Não escrevi ao 999. Não quero ser barão, nem condé, marquês ou duque — ou tudo isso, como aqueles grandes de Espanha que ainda hoje ostentam todos os títulos ao mesmo tempo.

Se eu tivesse um nome celebrizado por merecimentos literarios, scientificos, artisticos ou patrióticos, nem assim queria título. Se Garrett não tivesse tido esse nome no título, ninguém sabia quem era o Visconde d'Almeida Garrett, embora toda a gente tenha lido o *Camões*, *Frei Luis* e saiba de cór as *Azas brancas*.

Dos que lêem Camilo — um escritor que se cita só pelo nome proprio, caso rarissimo na historia das literaturas! — quantos sabem que Camilo Castelo Branco e Visconde de Correia Botelho, são a mesma pessoa?

Ha dias citou-se neste jornal o Visconde de Sant'Albano. Em todo o mundo scientifico é conhecido o nome de Bacon, mas por Visconde de Sant'Albano ninguém o conhece, ou só pouquíssimos especialistas na história da filosofia.

Dispensio pois, um título, ainda que o meu nome nada perdia com a adição dum chamadoiro pomposo.

O genealogista, — o n.º 999 — pouco teria que fazer, porque o meu apelido de família (que modestamente occulto agora) vae por essa árvore genealógica acima, ou abaixo, até certo heroi peninsular anterior á fundação desta monarquia, que tantos barões, condes, viscondes, marqueses e duques não souberam salvar duma aventura em 1910.

Também não acredito na salvação da República — chagada de escândalos tão graves como os que perderam a monarquia, ou peores — por meio destes barões, condes, viscondes, marqueses e duques, feitos por intermédio do «Diário de Notícias», mesmo sem a colaboração do genealogista, do 999.

Este anúncio dirige-se à numerosa e poderosa classe dos novos ricos, que não contentes com os milhões amontoados em poucos anos à conta das lágrimas de um povo inteiro, querem um braço e uma divisa na portinhola dos seus Roll Royces.

A nobreza antiga, ou emigrou ou desapareceu; não se ouve citar senão nas crónicas mundanas de alguns diários do antigo regime, em bailes, festas e aniversários, exceptuando alguns de que ainda se fala, porque curvaram toda a nobre espinha deante do sol nascente de 1910 e aí andam no enxurro, tendo alguns suprimido os títulos, e persistindo outros no descôco de os usar. Não falemos nêsses, de quem dizia Camões (e naquele tempo!):

Deixo aqueles que to-
mam por escudo de seus
vícios e vida vergonhosa
a nobreza de seus ante-
cessores e não cuidam
de si que são peores.

Temos, pois, que dentro de pouco terão esquecido esses nomes gloriosos do passado português, da nobreza antiga e autêntica — sepultados sob a aluvião heraldica dos barões, condes, viscondes, marqueses e duques do «Diário de Notícias», saídos das filas dos novos ricos.

Esses títulos andarão no galarim da celebridade, unidos às pessoas que pompearão as suas opulências por entre um povo que arruinaram com extorsões e negociatas — até ao dia em que êsse povo despertar para um tremendo ajuste de contas, á moda russa que fez de gran-duquezas bailarinas de café de marujos e loureiras.

É então o ajuste de contas será muito mais fácil. Os novos nobres serão os novos ricos; aqueles que não tiveram seus títulos de nobreza justificados por documentos na Torre do Tombo, maior lhes será o tombo da torre das suas ilusórias grandezas.

O povo ainda respeita uma nobreza — e nem sempre! É a nobreza da virtude. Esses títulos de nobreza comprados nunca os respeitará. Chacoteia dêles por enquanto, nas comédias e revistas do ano, e ha-de procurá-los no dia da tragédia, para deante dêles dizer com o poeta á única nobreza real, á virtude:

se tu não formas os bra-
zões, são crimes!

E assim a lista dos novos nobres d'amanhã servirá para descobrir e castigar os criminosos d'ontem...

É essa uma das razões por que também não quero título de nobreza, nem comprado.

A' própria nobreza dos antepassados, escreveu não sei quem, é uma herança de que só o nosso merecimento nos deve dar a posse.

Não escrevo ao 999...

(*Diário do Minho*, de 19-8-1924) Aqua.

II

Bibliografia Básica

- AMARAL, Augusto Ferreira do — *Subsídios para a Genealogia dos Pereiras Coutinhos — Marqueses de Soidos*. «Miscelânea Histórica de Portugal», Lisboa (3) 1983, pp. 9-66.
- AMORIM, Norberta Bettencourt, *Exploração dos Livros de Registos Paroquiais e Reconstituição de Famílias*. Guimarães, 1982.
- AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de — *A provável origem do apelido Azevedo, dos da Farmácia do Rossio. Notas biográficas e genealógicas sobre Francisco António Alves de Azevedo (1815-1883)*. «Armas e Troféus», Lisboa, 2 (1) Set.-Dez. 1960, pp. 88-95.
- *Uma Linhagem Notável da Burguesia Lisboaeta: os Ferreiras de Simas*. «Miscelânea Histórica de Portugal», Lisboa (4) 1984, pp. 79-94.
- BORGES, J. G. Calvão — *Barros de Carrazedo de Montenegro (Fidalgos e Cristãos Novos, Sauto Ofício e estatuto social nos Trás-os-Montes dos Séc. XVI e XVII)*. «Armas e Troféus», Lisboa, 5.^a Série, 1 (1, 2 e 3) Jan.-Dez. 1983, pp. 73-94.
- BOTELHO, Visconde do — *Encontro com as Raízes. Origem da família Curvelo e do seu apelido*. «Armas e Troféus», Lisboa, 3.^a Série, 4 (2 e 3) Maio-Dez. 1978, pp. 209-259.
- BRANCO, Manuel da Silva Castelo — *Pedro Alvares Seco doutor «honoris causa» em Direito Civil pela Universidade de Coimbra e o primeiro cronista da Ordem de Cristo*. «Miscelânea Histórica de Portugal», Lisboa, (2) 1982, pp. 31-52.
- CÂMARA, João de Sousa, *Raízes da Independência*. Braga, 1982.
- COSTA, Maria Clara Pereira da, *O Cronista Frei Luís de Sousa em Documentos (I). Contribuição para um estudo biográfico e genealógico*, in «Cartório Dominicano Português. Bartholomæana Monumenta», XI (Século XV Fasc. 14). Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português/Movimento Bartolomeano, 1980.
- D'ALCOCHETE, Nuno Daupias — *Principabilidade*. «Armas e Troféus», Lisboa 7 (1) Jan.-Mar. 1966, pp. 34-52.
- FERREIRA, Afonso da Costa — *A Casa da Mainha. Subsídios para a sua História*. «Bracara Augusta», Braga, 34 (78) Jul.-Dez. 1980, pp. 711-729. Texto introdutório de Manuel Artur Norton.
- GAMA, Luís Filipe Marques da — *A Capela e o Vínculo de Nossa Senhora da Piedade do Chão Pardo no Termo de Porto de Mós*. «Armas e Troféus», Lisboa, 5.^a Série, 1 (1, 2 e 3) Jan.-Dez. 1980, pp. 118-160.
- GUERRA, Luís de Bivar — *Bivares em Portugal (Subsídios para a sua história)* «Armas e Troféus», Lisboa, 4 (2) Abr.-Jun. 1963, pp. 164-175 a 8 1967, pp. 42-65.
- *Cem Anos de Genealogia (1877-1977)*, in «Historiografia Portuguesa de Herculano a 1950». Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1978, pp. 157-179.
- GUIMARAENS, Manuel Carvão — *Abreus da Chamusca (Alta Burguesia Rural)* «Armas e Troféus», Lisboa, 3 (1) Jan.-Mar. 1974, pp. 69-90 a 3 (3) Out.-Dez. 1974, pp. 282-315.
- *Os Marqueses do Casal do Gorjão*. «Armas e Troféus», Lisboa, 3.^a Série, 1 (3) Out.-Dez. 1972, pp. 281-300 a 3.^a Série, 2 (2) Abr.-Jun. 1973, pp. 156-178.
- JERNSTEDT, Eduardo Adolfo Vieira Borges Zander d'Almeida, *Fidalgos Plebeus de Portugal. Apontamentos Genealógicos*. S. I. [1951].
- MARQUES, Armando de Jesus — *Subsídios para uma Genealogia dos Toscanos*. «Armas e Troféus», Lisboa, 7 (3) Out.-Dez. 1966, pp. 354-371 e 8 1967, pp. 118-154.
- MATTOSO, José — *Os Livros de Linhagens Portugueses e a Literatura Genealógica Europeia da Idade Média*. «Armas e Troféus», Lisboa, 3.^a Série, 5 (2) Abr.-Jun. 1976, pp. 132-152.
- *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*. Imprensa Universitária 19. Lisboa, Editorial Estampa, 1980.
- *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval Portuguesa nos séculos XI e XII*. História e Ensaios. Lisboa, Guimarães & C.^a Editores, 1982.

- MORAES, Maria Adelaide Pereira de — *Estes são os Dias de Meneses, de Guimarães*. «Armas e Troféus», Lisboa, 5.^a Série (3 e 4), 1982-1983, p. 122-156.
- *Eugénia da Cunha Peixoto ou o Morgado do Porto Suposto*. «Armas e Troféus», Lisboa, 3.^a Série, 6 (1) Jan.-Abr. 1977, pp. 86-98.
- A este artigo e ao anterior aplica-se a frase polémica de Paul Veyne:
«A História é um romance verdadeiro».
- NORTON, Manuel Artur — *Os Xaviezes de Caminha*. «Caminiana», Caminha, 3 (5) Dez. 1984, pp. 91-115.
- SALOMON, H. P. — *Os Primeiros Portugueses de Amesterdão. Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo 1595-1606. Introdução, Leitura, Notas e Cartas Genealógicas*. «Caminiana», Caminha, 5 (8) Jun. 1983, pp. 33-104.
- SANTOS, Carlos Ary dos — *Livro da Linhagem dos Cunhas da Batalha*. «Armas e Troféus», Lisboa, 4 (2) Abr.-Jun. 1963, pp. 140-163 e 4 (3) Out.-Dez. 1963, pp. 204-247.
- *O «Marquezito» de Gouveia*. «Armas e Troféus», Lisboa, 3.^a Série, 2 (3) Out.-Dez. 1973, pp. 225-256.
- *Notas sobre um Soneto Biográfico de Bocage*. 7 (1) Jan.-Mar. 1966, pp. 6-33.
- SÃO PAYO, Marquês de — *Febo Moniz. Procurador por Lisboa às Cortes de Almeirim (o Braço do Povo em 1580)*. «Armas e Troféus», Lisboa, 2 (1) Set.-Dez. 1960, pp. 5-45.
- *Os Mouzinhos. Subsídios para a história de Castelo de Vide, Niza e Marvão*. «Armas e Troféus», Lisboa, 3 (3) Set.-Dez. 1962.
- *No V Centenário de Gil Vicente. Subsídios para a árvore genealógica da sua descendência*. «Armas e Troféus», Lisboa, VI (2) Abr.-Jun. 1965, pp. 115-136.
- *Velhas quintas do termo de Torres Vedras. A Quinta da Granja da Tamugem. Sua História — Seus Proprietários*. «Armas e Troféus», Lisboa, 2 (3) Maio-Ago. 1961, pp. 338-340.
- SARDINHA, António — *A Família de Ramalho*, in «Da Hera nas Colunas — novos estudos». Coimbra, Atlântida Editora, 1928, pp. 163-202.
- *O Génio de Camilo*, in «Purgatório das Ideias. Ensaios de Crítica». Lisboa, Livraria Ferin, 1929, pp. 59-118.
- SIMÃO, António de Sousa e Vasconcelos C. — *O Bispo Inquisidor D. Francisco de Castro e a Capela dos Castros em S. Domingos de Benfica*. «Miscelânea Histórica de Portugal», Lisboa (1) 1981, pp. 29-52.
- *O Doutor Manuel Rodrigues Navarro, Jurista e Cristão-Novo*. «Miscelânea Histórica de Portugal», Lisboa (3) 1983, pp. 77-116.
- *Quatro Judeus a Contas com a Inquisição de Lisboa*. «Armas e Troféus», Lisboa, 3.^a Série, 6 (2) Maio-Ago. 1977, pp. 216-235.
- SOUZA, José Campos e — *O Processo Genealógico de Camilo Castelo Branco*. Lisboa, Edições Gama, 1946.
- SOUZA-BRANDÃO, António de — *Montinhos de S. João da Madeira e Pinhos de Arrifana de Santa Maria*. «Armas e Troféus», Lisboa, 5.^a Série, 1 (1, 2 e 3) Jan.-Dez. 1980, pp. 166-200 a 5.^a Série, 1 (1, 2 e 3) Jan.-Dez. 1981, pp. 172-178.
- TÁVORA, D. Luís Gonzaga de Lencastre e — *Jean Mallard Conde de La Varenne (1887-1959)*. «Armas e Troféus», Lisboa, 12 (1) Jan.-Mar. 1971, pp. 61-66.
- VAJAY, Szaboles de — *A propos de l'Ascendance Carolingienne*. «Armas e Troféus», Lisboa, 7 (3) Out.-Dez. 1966, pp. 288-294.

COLECCÃO

REGISTOS DA HISTÓRIA

DIRECCÃO

**GONÇALO DE
VASCONCELOS E SOUSA**

1 - As Elites Portuenses no século XVII

Por Francisco Ribeiro da Silva

2 - Principaldade

Por Nuno Daupias d'Alcochete

3 - Casa, reprodução social e celibato: Aristocracia portuguesa dos séculos XVII e XVIII

Por Nuno Gonçalo Monteiro

4 - Cartas de brasão de armas: um ensaio de Diplomática

Pelo Marquês de São Payo

5 - A Genealogia em Portugal e o desafio do presente

Por Armando Malheiro da Silva

6 - Nota sobre o privilégio impeditivo de moradia de fidalgos e pessoas poderosas na cidade do Porto

Por Carlos da Silva Lopes

7 - Fazer Genealogia

Por José Guilherme Calvão Borges

8 - O Cartório da Nobreza no período de 1700-1755

Por Gonçalo de Aguiar Cabral

9 - Do processo judicial de acção e justificação de Nobreza no antigo Direito Português e do seu merecimento historiográfico. Um ensaio histórico-jurídico

Pelo Marquês de São Payo

10 - A evolução histórico-jurídica do título de Dom em Portugal

Por D. Luís Manuel da Costa de Sousa Macedo

11 - O «Magnífico Aparato»: formas da festa ao serviço da Família Real no século XVIII

Por Joaquim Jaime Ferreira-Alves

12 - Os notariais e a História da Família

Por Gonçalo de Vasconcelos e Sousa

